



**Processo n.º:** 2.524/2017-e

**Origem:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

**Assunto:** Representação

**Ementa:** Representação formulada pela empresa FBM Indústria Farmacêutica Ltda., com pedido de medida cautelar, versando acerca de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico n.º 31/2017-SES/DF, lançado pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, cujo o objeto é a contratação de empresa para prestação de serviço de reproprocessamento de produtos termossensíveis. Decisão n.º 256/2017: conhecer da Representação; ter por prejudicado o pedido de medida cautelar formulado na exordial, tendo em vista a suspensão administrativa do certame, publicada no DODF do dia 06.02.2017; abertura de prazo de 5 (cinco) dias para manifestação da jurisdicionada sobre o teor da exordial, com fulcro no § 7º, do art. 230, do RI/TCDF, e envio de cópia da representação à jurisdicionada. Esclarecimentos prestados pela jurisdicionada. Novo pedido de medida cautelar formulado pela empresa FBM, requerendo determinação para suspensão do certame, tendo em vista a republicação do edital pela SES/DF. Análise de mérito da exordial. Fato superveniente: novo documento acostado aos autos pela empresa FBM, apresentando valores praticados em outras contratações e noticiando, em suma, a existência de irregularidades na execução do contrato oriundo da Dispensa de Licitação n.º 61/2016-SES/DF, de mesmo objeto do certame em tela, e da publicação da Dispensa de Licitação n.º 122/2017-SES/DF, cujo recebimento das propostas estava agendado para o dia 23.03.2017. Decisão n.º 1.376/2017: conhecimento da documentação juntada aos autos; determinação à SES/DF para que, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhe esclarecimentos sobre a elaboração do orçamento estimativo do Pregão Eletrônico n.º 31/2017-SES/DF, remetendo cópia do respectivo processo administrativo, e que envie a esta Corte cópia do Processo Administrativo n.º 060.001.286/2017-SES, alusivo à Dispensa de Licitação n.º 122/2017; ciência ao representante legal da empresa FBM; envio de cópia do relatório/voto e da decisão à SES/DF, para subsidiar o cumprimento das diligências; e retorno dos autos à unidade instrutiva, para novo exame de mérito da exordial, em cotejo com a documentação a ser remetida ao Tribunal. Decisão n.º 3.556/2017: conhecimento da manifestação da SES/DF, considerando cumpridos os itens II e IV.b da Decisão n.º 1.376/2017, e tendo por prejudicada a análise de mérito da exordial, tendo em vista a superveniente perda de objeto, decorrente do deslinde do Pregão Eletrônico n.º 31/2017-SES/DF, que restou fracassado; determinação à SES/DF para que adote as medidas necessárias para a deflagração de procedimento licitatório regular dos serviços de reproprocessamento de materiais médico-hospitalares termossensíveis, dando notícia ao Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias. Encaminhamento de informações pela SES/DF. **Nesta fase:** análise de cumprimento de diligência. Unidade instrutiva sugere ao Tribunal conhecer dos expedientes acostados ao feito, considerar cumprida a Decisão n.º 3.556/2017 e autorizar o arquivamento dos autos. Aquiescência do Ministério Público. VOTO convergente.



## RELATÓRIO

Cuidam os autos, originalmente, de representação formulada pela empresa FBM Indústria Farmacêutica Ltda., com pedido de medida cautelar, versando acerca de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico n.º 31/2017-SES/DF, lançado pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, cujo o objeto é a contratação de empresa para prestação de serviço de reprocessamento de produtos termossensíveis (e-DOC 02E313A6-c).

Na Sessão Ordinária n.º 4.971, de 25.07.2017, o Tribunal prolatou a **Decisão n.º 3.556/2017** (e-DOC 8075FC79-e), *in verbis*:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) dos Ofícios n.ºs 816/2017-GAB/SES e 965/2017-GAB/SES, (e-DOC 4C1B29E3-c e 3362EC4F-c, respectivamente), remetidos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF em atenção ao item II da Decisão n.º 1.376/2017; b) da Informação n.º 90/2017-2ª Diacom (e-DOC 05335850-e); c) do Parecer n.º 633/2017-MF (e-DOC 5E3ACB15-e); d) dos demais documentos carreados ao feito; II – **considerar: a) cumpridos os itens II e IV.b da Decisão n.º 1.376/2017; b) prejudicada a análise de mérito da representação formulada pela empresa FBM Indústria Farmacêutica Ltda. tendo em vista a superveniente perda de objeto, decorrente do deslinde do Pregão Eletrônico n.º 31/2017-SES/DF, que restou fracassado, conforme consta do DODF de 29.03.2017; III – determinar à Secretaria de Saúde do Distrito Federal que adote as medidas necessárias para a deflagração de procedimento licitatório regular dos serviços de reprocessamento de materiais medicohospitalares termossensíveis, dando notícia ao Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, devendo a jurisdicionada observar, quando da elaboração do orçamento de referência, as peculiaridades da contratação que se deseja, a partir de um detalhamento adequado dos custos envolvidos, a teor do art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 e do art. 12, inciso III, do Decreto Distrital n.º 36.520/2015, bem como atender as disposições do Decreto Distrital n.º 36.220/2014; IV – dar ciência desta decisão ao representante legal da empresa FBM Indústria Farmacêutica Ltda.; V – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, para subsidiar o cumprimento do item III; b) o retorno dos autos à Seacom/TCDF, para as providências de sua alçada”** (grifos acrescidos).*

Em atenção ao item III do mencionado *decisum*, a SES/DF remeteu ao Tribunal o Ofício n.º 524/2017-GAB/SES (e-DOC E94B5A8D-c).

## MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A 1ª Divisão de Acompanhamento, após contextualizar o feito, manifestou-se por meio da Informação n.º 20/2018-1ª Diacom (e-DOC 239753B9-e), nestes termos:

### **“II. MANIFESTAÇÃO DA SES/DF**

9. A SES/DF, por meio do Ofício n.º 524/2017 – SES/GAB, de 31.08.2017 (peça 49), apresentou a manifestação da Diretoria de



*Instrução para Aquisição (DIAQ) e da Subsecretaria de Administração Geral (SUAG).*

*10. Em linhas gerais, as manifestações dão ciência de que pouco antes da deliberação desta Corte de Contas, a jurisdicionada elaborou e publicou a Portaria nº 210, de 13.04.2017, que estabeleceu o Regulamento de Contratações da SES/DF e que os trabalhos da DIAQ atenderiam as regras do referido manual, em seguida elencou uma série de medidas constantes no regulamento, que seriam de observância obrigatória por parte daquele setor, para obtenção dos preços de referências nas licitações.*

*11. No que se refere ao pregão ora analisado, destacou que, quando tomou conhecimento da Decisão em referência, a instrução quanto à estimativa de preços do novo processo licitatório nº 060.004442/2017 já estava finalizada e os autos encontravam-se na Assessoria Jurídico Legislativa para análise da minuta de edital, mas que todo o procedimento de pesquisa guardou pertinência com os termos da Decisão nº 3.556/2017 e atendeu a metodologia supracitada, como passou a expor.*

*12. Relatou de forma breve os procedimentos adotados para a fixação do preço de referência, tanto da licitação que restou fracassada (processo nº 060.012623/2012) quanto para os utilizados no contrato emergencial nº 69/2016 e no procedimento emergencial nº 060.001286/2017.*

*13. Informou que a instrução do novo processo regular nº 060.004442/2017 possuiu todo o histórico dos processos anteriores como parâmetro, tendo sido excluídos os preços públicos já rejeitados pelo setor demandante. Enfatizou que não encontrou preços públicos praticados por outros órgãos ou entidades da administração no Distrito Federal, sendo que não foram admitidos preços de serviços executados em estado diverso da localização da contratada.*

*14. Esclareceu que para composição das planilhas foram utilizadas cotações oferecidas por quatro empresas: Esterelize Tecnologia em Esterilização, Steril Qualidade em Esterilização, Cebras Centro de Esterilização do Brasil e FBM Farma Indústria Farmacêutica, além do contrato 69/2016 da SES/DF e que o valor de referência variou entre o menor valor ou menor valor entre média e mediana. Assim concluiu que atendeu a Decisão nº 3.556/2017, posto que foram observadas as peculiaridades da contratação.*

### **III. ANÁLISE**

*15. Consoante observado na manifestação encaminhada a esta Corte de Contas, a SES/DF instaurou novo procedimento licitatório nº 060.004442/2017 para a contratação dos serviços objeto do Pregão Eletrônico nº 31/2017, que restou fracassado.*

*16. Mediante o Ofício nº 12/2018, de 12.01.2018 (peça 56), este corpo instrutivo solicitou a cópia digital desses autos, tendo sido atendido pela SES/DF, conforme Ofício nº 105/2018 – SES/GAB (fl. 3.740, peça 57). A cópia digital encontra-se juntada nos presentes autos como peça 57.*

*17. O referido processo licitatório deu origem ao Pregão Eletrônico nº 241/2017, publicado no DODF nº 174/2017, em 11.09.2017, com data de abertura prevista para 21.09.2017, no valor estimado de R\$ 2.726.291,28 (dois milhões, setecentos e vinte e seis mil, duzentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos).*



18. Assim, considerando-se que o Tribunal prolatou a Decisão nº 3.556/2017 em 25.07.2017 e que a SES/DF publicou o Edital do Pregão Eletrônico nº 241/2017 em 11.09.2017 (aproximadamente dois meses depois), conclui-se que a jurisdicionada adotou as medidas para a deflagração do procedimento licitatório, em observância ao item III do mencionado decisum, restando aferir se os procedimentos atinentes à elaboração da pesquisa de preços observaram as peculiaridades do objeto a ser contratado pela jurisdicionada.

19. Com esse objetivo, este corpo instrutivo compulsou o processo nº 060.004442/2017-SES/DF, uma vez que na resposta apresentada pela jurisdicionada não constava a documentação comprobatória da metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa de preços.

20. Não obstante, verificou-se que a análise acerca da adequabilidade da elaboração da estimativa de preços do Pregão Eletrônico nº 241/2017 foi realizada pelo corpo instrutivo no Relatório Prévio de Inspeção 2.2027.17 (e-DOC D03471FC-e), referente ao Processo TCDF nº 9197/2017, que analisa irregularidades ocorridas na contratação de serviços de esterilização de materiais termossensíveis, decorrentes do Contrato emergencial nº 69/2016, da Dispensa de Licitação nº 122/2017 e da prestação de serviços sem amparo contratual.

21. Ante a pertinência da análise empreendida naqueles autos, transcrevem-se abaixo os trechos do Relatório Prévio de Inspeção de interesse para a presente instrução:

**V.10 – Pregão Eletrônico nº 241/2017**

125. O procedimento administrativo que consolidou os atos preparativos desse certame encontra-se identificado sob o nº 060.004.442/2017.

126. À época da fiscalização, os autos se encontravam em fase de elaboração da Minuta do Edital, o qual foi disponibilizado definitivamente na página eletrônica do Comprasnet – Sistema de Compras Governamentais, cuja abertura das propostas estava prevista para ocorrer no dia 21/09/2017.

127. Quando do encerramento deste Relatório, o certame se encontrava suspenso para avaliação técnica dos documentos habilitatórios.

**V.10.1 - Dos Preços**

128. Conforme consulta aos autos e ao Comprasnet, o valor estimado para um ano de serviços prestados foi de R\$ 2.726.291,28.

129. No quadro a seguir apresentamos as propostas iniciais das quatro empresas que concorreram ao certame, bem como seus lances finais.

**Quadro V – Propostas do PE nº 241/2017**

EMPRESA	LANCE INICIAL (R\$)	LANCE FINAL (R\$)
ESTERILIZE	2.726.291,28	1.689.990,00
FBM	2.726.291,28	1.691.000,00
STERIMED	2.726.291,28	1.750.000,00
CEBRAS	2.998.000,00	1.740.000,01

130. Para efeito comparativo, relacionamos os valores das últimas contratações e dos certames que não foram concluídos. Para tanto, os valores dos ajustes de vigência semestral foram transformados para um ano:

**Quadro VI – Comparativo de valores globais**

CERTAMES	VALOR ANUAL (R\$)
Contrato nº 09/2010 (PP nº 55/2009)	6.074.346,81
Contrato Emergencial nº 69/2016 (DL nº 61/2016)	2.264.286,00
PE nº 31/2017 (fracassado) – Valor estimado	1.642.183,20
DL nº 122/2017 (não concluído) – Valor estimado	2.601.658,00





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

e-DOC -e  
Proc 2524/2017

Proc.: 2.524/17-e

131. Selecionando os mesmos itens constantes da Informação nº 90/2017, no âmbito do Processo nº 2524/2017, obtivemos para o PE nº 241/2017 uma representatividade de cerca de 70% do valor desse Pregão, razão pela qual a análise desses itens pode representar toda a contratação (Curva ABC):

**Quadro VII – Comparativo entre os itens da Curva ABC**

ITENS	QTD / MÊS	CUSTO UNITÁRIO (R\$)				
		CE 69/16	PE 31/17	DL 122/17	PE 241/17	Proposta Esterilize
6 – Bisturi elétrico monopolar	3.500	6,90	6,90	8,00	8,59	6,95
41 – Conjunto nebulizador completo	5.000	4,90	3,98	5,40	4,40	4,00
26 – Circuito respiradores mecânicos	1.500	10,90	11,90	16,40	23,59	14,50
39 – Macronebulizador/Hudson completo	2.500	6,50	6,50	7,70	14,13	5,00
59 – Umidificador de oxigênio	1.500	4,95	4,78	5,95	6,32	4,00
40 – Máscaras: de anestesia; de silicone; inalantes; de O2; de traqueostomia; de laringe; de VNI; não reinalante; de Ambú	2.000	4,90	2,62	5,40	5,73	4,00
38 – Copo de macronebulizador	1.000	5,20	3,95	6,05	7,80	3,00
50 – ressuscitador/reanimador manual sem reservatório	500	9,40	6,10	13,65	17,50	12,00

132. Registre-se que o relatório de estimativa de preços relatou que a Diretoria de Enfermagem se utilizou de ponderações já esposadas no PE nº 31/2017, no sentido de que as especificidades da contratação não permitiriam a adoção de ata existente. Assim, foram levados em consideração valores de quatro propostas apresentadas por empresas do ramo e da última contratação (Contrato nº 69/2016).

133. O mesmo relatório informa que adotou-se preferencialmente o menor valor, quando apresentado por empresa do ramo, ou o menor valor entre a média e a mediana, nos demais casos.

134. A seguir, apresentamos os valores utilizados para efeito de cotação de preços (total e dos itens selecionados), bem como o critério adotado pela estimativa de preço:

**Quadro VIII – Comparativo das cotações de preços x estimativa do pregão**

ITENS	CE 69/16	ESTERILIZE	STERIL	CEBRAS	FBM	PE 241/17
Bisturi elétrico monopolar	6,90	8,00	9,00	8,90	10,14	8,59 Média
Conjunto nebulizador completo	4,90	4,40	4,95	6,50	5,21	4,40 Média
Circuito respiradores mecânicos	10,90	27,36	30,78	21,90	26,00	23,59 Média
Macronebulizador/Hudson completo	6,50	14,00	15,75	14,90	19,50	14,13 Média
Umidificador de oxigênio	4,95	6,20	6,98	6,95	6,50	6,32 Média
Máscaras: de anestesia; de silicone; inalantes; de O2; de traqueostomia; de laringe; de VNI; não reinalante; de Ambú	4,90	5,80	6,53	6,50	4,94	5,73 Média
Copo de macronebulizador	5,20	7,80	8,78	6,90	11,05	7,80 Média
Ressuscitador/reanimador manual sem reservatório	9,40	16,00	18,00	22,90	21,20	17,50 Média
<b>TOTAL DA PROPOSTA (ANUAL)</b>	<b>2.264.286,00</b>	<b>3.069.656,40</b>	<b>3.442.362,30</b>	<b>3.268.536,00</b>	<b>3.250.101,66</b>	<b>2.726.291,28</b>

135. Comparando-se a proposta apresentada para efeito de cotação de preço da empresa Esterilize com a proposta final do PE nº 241/2017 observa-se grande diferença, possivelmente influenciada pela participação da empresa Sterimed, que não havia participado de certames anteriores. Isso pode demonstrar, ainda, que os valores ajustados no Contrato Emergencial nº 69/2016 continham margem de lucro passível de redução.



136. Margem ainda muito maior seria verificada caso o certame aqui analisado tivesse ocorrido de forma simplificada, ficando à mercê apenas das empresas que corriqueiramente apresentam cotações de preços, pois se supõe que a proposta da empresa vencedora não ficaria muito aquém do valor estimativo do Pregão, como verificado nesse certame.

137. Registre-se que o Decreto nº 36.220/2014, que dispõe sobre os procedimentos para realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, assim dispõe:

Art. 3º O resultado da pesquisa será o menor valor entre a média e a mediana de, no mínimo, 3 (três) preços obtidos. Parágrafo único. Poderá ser admitido, justificadamente, como resultado da pesquisa, apenas o menor dos preços obtidos.

Art. 4º A utilização de outro parâmetro de pesquisa ou outro método para obtenção do resultado da pesquisa de preços deverão ser justificados pela autoridade competente.

(...) Art. 6º Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser apreciados os preços considerados inexecutáveis ou exorbitantes, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo correspondente.

138. Por outro lado, reconhecida a dificuldade de obter contratos administrativos de objeto similar e que a metodologia adotada para cálculo do valor referencial encontra-se compatível com o Regulamento de Contratações da SES/DF, estabelecido pelo Decreto nº 36.220/2014, não há fundamentos para se questionar o valor estimativo do PE nº 241/2017, elaborado pela SES/DF.

22. As conclusões do Relatório Prévio de Inspeção, quanto a esse aspecto avaliado, foram acompanhadas pelo MPJTCDF no Parecer nº 1.075/2017-CF (e-DOC D8AB5AEC-e).

23. Registra-se que, em consulta ao comprasnet, verificou-se que o Pregão Eletrônico nº 241/2017-SES/DF foi homologado em 02.01.2018, tendo o objeto sido adjudicado para a empresa FBM Indústria Farmacêutica LTDA. pelo valor final de R\$ 1.683.559,80 (um milhão, seiscentos e oitenta e três mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos), no entanto, tal ato encontra-se em análise por este Tribunal no Processo nº 9197/2017-e, haja vista o ingresso de Representação de autoria da empresa Esterilize Prestação de Serviços de Esterilização LTDA (e-DOC B89BE905-c).

### III. CONCLUSÃO

24. Em função de a análise empreendida no Relatório Prévio de Inspeção 2.2027.17 (e-DOC D03471FC-e) ter concluído pela adequabilidade da metodologia utilizada pela SES/DF na determinação do referencial de preço para a contratação dos serviços de reprocessamento de produtos termossensíveis, bem como a deflagração e conclusão do Pregão Eletrônico nº 241/2017-SES/DF, temos como atendido o item III da Decisão nº 3.556/2017. Assim, na ausência de demais medidas a serem tomadas sobre o assunto no bojo dos presentes autos, sugere-se o seu arquivamento” (grifos acrescidos).

medidas: Diante do exposto, sugeriu-se ao e. Plenário a adoção das seguintes

- I. tomar conhecimento do(a):
  - a) Ofício nº 524/2017-SES/GAB (peça 49), apresentado pela SES/DF em atenção à Decisão nº 3.556/2017;
  - b) Ofício nº 12/2018-SEACOMP (peça 56); e
  - c) cópia do Processo nº 060.00442/2017, remetida pela SES por intermédio do Ofício nº 105/2018-SES/GAB (peça 57);
- II. considerar cumprida a Decisão nº 3.556/2017;
- III. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para arquivamento”.



Registro que as sugestões consignadas na instrução mereceram a concordância do diretor da 1ª Divisão de Acompanhamento e do titular da Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF (e-DOC 239753B9-e e E7F827E1-e, respectivamente).

## MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público que atua junto ao Tribunal – MPJTCDF, após empreender breve relato dos fatos, opinou por intermédio do Parecer n.º 125/2018-GP1P (e-DOC 2AD92D94-e), da lavra do d. Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, destacando-se o que segue:

*“20. Como se pode observar, a presente fase está adstrita à análise do cumprimento ao item III da r. Decisão nº 3.556/2017, direcionada à SES/DF, que determinou a adoção de providências com vistas à autuação de novo procedimento licitatório, tendo em vista o fato de que o Pregão Eletrônico nº 31/2017 restara fracassado.*

*21. Tomando-se por base os esclarecimentos trazidos pela Jurisdicionada e validados pelo zeloso Corpo Técnico, verifica-se que houve a deflagração do PE nº 241/2017, cuja Sessão Pública ocorreu em 21/9/2017, o que atende ao objeto principal da deliberação. Cumpre registrar que já houve a adjudicação do objeto à licitante considerada vencedora, bem como a homologação do certame.*

*22. Noutra vertente, importa considerar outro aspecto contido na r. Decisão, consignado ao final da deliberação em comento, qual seja:*

*“(…) **devendo** a jurisdicionada **observar**, quando da elaboração do orçamento de referência **as peculiaridades da contratação** que se deseja, a partir de um **detalhamento adequado dos custos envolvidos**, a teor do art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 e do art. 12, inciso III, do Decreto Distrital n.º 36.520/2015, bem como atender as disposições do Decreto Distrital n.º 36.220/2014.”*

*23. A partir dos esclarecimentos trazidos pela Jurisdicionada e das considerações apresentadas pela Unidade Técnica, conclui-se que a SES/DF atendeu, a contento, às disposições contidas no Decreto Distrital nº 36.220/2014, especialmente, quanto à necessidade de se obter o mínimo de três orçamentos distintos para composição do preço de referência, além de considerar os valores praticados nas contratações anteriores promovidas pelo Órgão.*

*24. Sem embargo, ressalta-se que o detalhamento do orçamento, exigido em observância ao disposto, por exemplo, no art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, pode não ter se dado de maneira satisfatória, haja vista terem sido relacionados tão somente os quantitativos e os tipos de itens a serem esterilizados, deixando de especificar todas as etapas do processo, bem como os respectivos custos unitários, incluindo, por exemplo, mão de obra, encargos e equipamentos.*

*25. Por outro lado, entendo que não se faz necessário aprofundar a análise em questão, sendo possível ao e. **Tribunal** relevar a aparente falha, tendo em conta o avançado estágio em que se encontra o procedimento licitatório e também a existência de elementos que indicam haver compatibilidade do preço com os padrões de mercado.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

e-DOC -e  
Proc 2524/2017

Proc.: 2.524/17-e

26. *Outrossim, importa considerar que o acompanhamento ao PE nº 241/2017 seguirá em curso nos autos do Processo nº 9.197/2017-e, sendo despicienda a duplicidade de esforços visando ao mesmo fim.*

27. *Desse modo, observa-se que não merecem reparos as conclusões trazidas pelo zeloso Corpo Instrutivo, quanto ao atendimento, por parte da Jurisdicionada, ao item III da r. Decisão nº 3.556/2017. Por conseguinte, está também adequada a proposta no sentido de autorizar o arquivamento dos presentes autos, porquanto inexistem outras medidas a serem adotadas.*

28. ***Ex positis***, este **Parquet** especializado apresenta entendimento **convergente** com aquele manifestado pela percuciente Unidade Técnica, sugerindo seu integral **acolhimento**".

É o relatório.





## VOTO

Cuidam os autos, originalmente, de **representação** formulada pela empresa **FBM Indústria Farmacêutica Ltda.**, com pedido de medida cautelar, versando acerca de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico n.º 31/2017-SES/DF, lançado pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, cujo o objeto é a contratação de empresa para prestação de serviço de reprocessamento de produtos termossensíveis.

Recorda-se que a sociedade empresária representante arguiu inicialmente, em síntese, que o valor estimado da licitação estava abaixo do preço de mercado, e que haveria necessidade de o edital exigir dos licitantes que possuísem em sua estrutura o aparelho de cromatógrafo gasoso.

Por intermédio da Decisão n.º 256/2017, esta Corte deliberou por conhecer da peça inaugural, ter por prejudicado o pedido de medida cautelar formulado na exordial, tendo em vista a suspensão administrativa do certame, publicada no DODF do dia 06.02.2017, e conceder à jurisdicionada prazo de 5 (cinco) dias para a apresentação dos esclarecimentos que entendesse pertinentes quanto aos fatos apontados na peça inicial.

Posteriormente, em 24.02.2017, a empresa Representante protocolou nesta Corte novo<sup>1</sup> pedido de liminar para que fosse determinada a suspensão da licitação, em razão de a SES/DF ter reaberto o Pregão Eletrônico n.º 31/2017, agendando a abertura das propostas para o dia 02.03.2017. A unidade instrutiva deixou de remeter tempestivamente o novo pedido de cautelar à apreciação deste Relator.

Na fase processual pretérita, em 25.07.2017, o Tribunal exarou a **Decisão n.º 3.556/2017**, considerando prejudicada a análise de mérito da exordial, tendo em vista a superveniente perda de objeto, decorrente do deslinde do Pregão Eletrônico n.º 31/2017-SES/DF, que restou fracassado, conforme consta do DODF de 29.03.2017.

Além disso, o Plenário também decidiu por determinar à Pasta da Saúde que adotasse as medidas necessárias para a deflagração de procedimento licitatório regular dos serviços de reprocessamento de materiais médico-hospitalares termossensíveis, dando notícia ao Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, *“devendo a jurisdicionada observar, quando da elaboração do orçamento de referência, as peculiaridades da contratação que se deseja, a partir de um detalhamento adequado dos custos envolvidos, a teor do art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 e do art. 12, inciso III, do Decreto Distrital n.º 36.520/2015, bem como atender as disposições do Decreto Distrital n.º 36.220/2014”*.

Nesta etapa, a 1ª Divisão de Acompanhamento/TCDF, mediante a Informação n.º 20/2018-1ª Diacomp, reportou, em suma, que a SES/DF, no bojo do Processo Administrativo n.º 060.004442/2017, instaurou novo procedimento licitatório para a contratação dos serviços objeto do Pregão Eletrônico n.º 31/2017, outrora fracassado, tendo publicado, no DODF de 11.09.2017, o Pregão Eletrônico n.º 241/2017.

---

<sup>1</sup> e-DOC 2D8CC1DC-c.



O corpo instrutivo afirmou, também, que os preços estimados no referido pregão foram objeto de análise no âmbito do Processo n.º 9.197/2017<sup>2</sup>, consubstanciada no Relatório Prévio de Inspeção n.º 2.2027.17<sup>3</sup>, quando a Secretaria de Acompanhamento/TCDF concluiu não haver fundamentos para se questionar o valor referencial do Pregão Eletrônico n.º 241/2017, tendo noticiado ter o MPJTCDF aquiescido aquela conclusão, nos termos do Parecer n.º 1.075/2017-CF<sup>4</sup>.

Diante disso, em função da deflagração da novel licitação, homologada em 02.01.2018, cujo o objeto foi adjudicado à empresa FBM Indústria Farmacêutica LTDA.<sup>5</sup>, e da adequabilidade, constatada pela própria Seacomp/TCDF em outros autos, da metodologia utilizada pela SES/DF para compor os preços referenciais do pregão em comento, a área instrutiva concluiu que houve o atendimento o item III da Decisão n.º 3.556/2017, podendo o Tribunal autorizar o arquivamento deste feito.

Destaco que o MPJTCDF opinou de forma convergente com a unidade instrutiva, nos termos do Parecer n.º 125/2018-GP1P, da lavra do d. Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Após compulsar os autos, tem-se que o meu entendimento sobre a matéria coincide integralmente com o que propõe os órgãos instrutivo e ministerial, adotando como razão de decidir os exatos fundamentos do exame consignado na instrução e no parecer do d. *Parquet*, já devidamente retratados no relatório.

Ante o exposto, em harmonia com o corpo instrutivo e com o *Parquet* especial, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento:
  - a) do Ofício n.º 524/2017-GAB/SES e de seus respectivos anexos, remetido pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF (e-DOC E94B5A8D-c);
  - b) da Informação n.º 20/2018-1ª Diacomp (e-DOC 239753B9-e);
  - c) do Parecer n.º 125/2018-GP1P (e-DOC 2AD92D94-e);
- II. considere satisfatoriamente atendido o item III da Decisão n.º 3.556/2017;
- III. autorize o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para as providências devidas e posterior arquivamento.

Sala das Sessões, 03 de abril de 2018

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Conselheiro-Relator

<sup>2</sup> "Representação nº 13/2017-CF, oferecida pelo MPJTCDF, para que o Tribunal examine a ausência de licitação para a contratação de reprocessamento de materiais médico-hospitalares termosensíveis para a SES e autorize, em outros dois autos próprios, a fiscalização imediata do Contrato Emergencial no. 69/16 e da DL 122/17, que acaba de ser publicada no DODF (em 21/3/17)" (Sinopse no Sistema e-TCDF).

<sup>3</sup> e-DOC D03471FC-e.

<sup>4</sup> e-DOC D8AB5AEC-e.

<sup>5</sup> Pelo valor final de R\$ 1.683.559,80.